Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 18 de Outubro de 2019

dgbb assessoria de imprensa
SCN Qd. 01, Bloco A Ed Number One, Sala 1402 - Brasília/DF
ww.dgbb.com.br

Valor Econômico | 18/10/19 | BRASIL

Contratação avança para escolaridade maior, mostra Rais

Empresas entre 50 e 249 funcionários foram as que mais contrataram em 2018; chance de emprego foi maior para quem tinha mais de 30 anos

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

No ano passado, o emprego formal avançou entre pessoas com escolaridade de nível médio completo ou superior e recuou para as pessoas menos qualificadas. Tiveram mais chance de colocação os trabalhadores com mais de 30 anos. E as empresas que mais empregaram foram aquelas com 50 a 249 funcionários.

O emprego formal avançou 0,8% em 2018. No período, foram criados 349,52 mil vínculos a mais do que em 2017, chegando a 46,63 milhões.

Esses são alguns dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), que traça um perfil dos trabalhadores no ano de 2018, divulgado ontem pelo Ministério da Economia.

Os trabalhadores com nível médio completo ocupavam 48,8% das vagas de trabalho no ano passado, com 22,777 milhões de vagas. É o grupo com maior número absoluto de vínculos. Nesse segmento, houve avanço de 1,64%. Mas a faixa em que houve maior crescimento foi o superior completo, com avanço de 4,48%, atingindo um total de 10,737 milhões de vagas.

Nos demais segmentos, houve recuo. Os empregos para os trabalhadores analfabetos caíram 2,09%, enquanto no fundamental incompleto a redução foi de 3,76% e no fundamental completo, de 6,77%.

No corte por idade, o emprego cresceu mais no grupo de 40 a 49 anos, com crescimento de 2,47% nos vínculos empregatícios, seguidos pelos trabalhadores com mais de 50 anos, com aumento de 2,19%. Já na faixa até 24 anos houve recuo de 0,95%, e, no grupo de 26 a 29 anos, retração de 1,71%.

As empresas que mais contrataram no ano passado foram as de médio porte. As que têm de 50 a 99 empregados contrataram 100,2 mil pessoas, um aumento de 2,69%. Aquelas com 100 a 249 funcionários abriram 122,7 mil vagas, avanço de 2,62%.

Aquelas com mais de mil empregados ainda são as que oferecem o maior número absoluto de empregos: 11,83 milhões em 2018. Mas, nesse grupo, houve corte de 20.969 vagas em comparação com 2017.

No corte por raça e cor, os indígenas registraram maior avanço no trabalho formal em 2018: 7,34%. Porém, sobre uma base muito pequena. São apenas 80 mil com carteira assinada. Entre os que se dizem pretos, o emprego avançou 6,02%, e, entre os pardos, 3,42%. Em contrapartida, houve recuo de 1,96% na quantidade de brancos empregados e queda de 1,34% entre os amarelos.

Entre os imigrantes, os estrangeiros com maior participação no mercado formal de trabalho foram os haitianos, com 46.820 vagas, seguidos pelos paraguaios, com 8.715.

Os venezuelanos ocuparam 7.353 vagas e são o grupo que mais cresceu no ano passado: 171,32%.

Valor Econômico | 18/10/19 | FIM DE SEMANA

Com propostas e demografia a favor, é possível mudar ensino público no Brasil

Apesar da crise e da ineficácia do sistema, é possível mudar o ensino público no Brasil. Propostas existem e a demografia joga a favor

Por Carlos Rydlewski — Para o Valor, de São Paulo

"Se a educação fosse um hospital, metade dos pacientes morreria após a internação", diz Mozart Neves Ramos. "Para piorar, entre os sobreviventes, quase todos ficam com sequelas." — Foto: Claudio Belli/Valor

O tema educação voltou à pauta nacional. Nada a comemorar, contudo. Esse retorno deu-se em um contexto marcado por turbulências político-ideológicas, uma seca aguda de verbas, protestos nas ruas e incertezas em torno do financiamento de um quinhão expressivo da pesquisa nacional. Parece ruim? Pois a situação tende a piorar. É isso o que indicam as análises preliminares das dotações orçamentárias do governo federal para 2020.

Considere o caso das universidades. O orçamento das instituições federais foi fixado em R$ 54 bilhões para 2020. Desse valor, R$ 7,9 bilhões (15%) só serão liberados se o Congresso Nacional aprovar uma verba complementar. Para isso, os parlamentares terão de autorizar a quebra da regra de ouro, mecanismo que impede o governo de contrair dívidas para pagar despesas correntes como salários e contas de luz.

Há mais. No Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2020, os recursos previstos para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e responsável pela concessão de bolsas de mestrado e doutorado, somam R$ 2,48 bilhões. Esse valor representa um corte de 41,6% em relação a 2019. De acordo com uma análise feita pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o dinheiro disponível para bolsas vai passar de R$ 2,68 bilhões, em 2019, para R$ 1,22 bilhão, em 2020. Ou seja, cairá para menos da metade (-54%).

"Os países que conseguiram dar saltos expressivos na qualidade do ensino elevaram a barreira de entrada dos professores no magistério", diz Cláudia Costin — Foto: Adriana Lorete/O Globo

"Os países que conseguiram dar saltos expressivos na qualidade do ensino elevaram a barreira de entrada dos professores no magistério", diz Cláudia Costin — Foto: Adriana Lorete/O Globo

"Os países que conseguiram dar saltos expressivos na qualidade do ensino elevaram a barreira de entrada dos professores no magistério", diz Cláudia Costin — Foto: Adriana Lorete/O Globo

O cenário, portanto, é de escassez (veja quadro ao lado). A questão é saber se é possível tirar áreas cruciais para o desenvolvimento do país, como a educação e a ciência, dessa armadilha permanente da míngua de verbas, hoje abalada pelo nó fiscal e pelo baixo crescimento do país. A resposta é: sim.

Perto de uma dezena de especialistas ouvidos nesta reportagem tem sugestões nesse sentido. Eles apontam basicamente para dois caminhos. Um deles segue pela criação de mecanismos, como fundos, que possam estabilizar as receitas em tempos bicudos. O problema dessa via é que o dinheiro não nasce sob bancos escolares ou

bancadas de laboratórios. Ele tem de sair de algum lugar. E aqui começam as divergências. O segundo conjunto de alternativas aponta para o umbigo do sistema. A ideia, nesse caso, é atacar a monumental ineficiência desses setores.

Os exemplos para a execução desse tipo de tarefa, o combate à ineficácia, concentram-se na educação básica - e podem irradiar para todo o setor. Hoje, esse segmento encontra-se em um fosso cuja profundidade assombra. Mais da metade (55%) das crianças no fim do 3º ano do ensino fundamental, com idades entre 8 e 9 anos, não sabe ler palavras com mais de uma sílaba e contar objetos. Siga adiante e a coisa piora. Para cada 100 alunos que iniciam o 1º ano do fundamental, apenas 50 alcançam o médio. "Estamos dizendo que, se a educação fosse um hospital, metade dos pacientes morreria após a internação", diz Mozart Neves Ramos, diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna. "Para piorar, entre os sobreviventes, quase todos ficam com sequelas."

"Os países que conseguiram dar saltos expressivos na qualidade do ensino elevaram a barreira de entrada dos professores no magistério", diz Cláudia Costin — Foto: Adriana Lorete/O Globo

"Como o número de alunos no ensino fundamental está caindo devido à transição demográfica, o gasto por aluno já triplicou nesse período", diz Menezes Filho — Foto: Ana Paula Paiva/Valor "Como o número de alunos no ensino fundamental está caindo devido à transição demográfica, o gasto por aluno já triplicou nesse período", diz Menezes Filho — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Que tipo de sequelas? A pesquisa Excelência com Equidade no Ensino Médio, realizada em parceria pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), Fundação Lemann, Instituto Unibanco e Itaú BBA, mostrou no mês passado que, entre os estudantes da rede pública que ingressam no ensino médio, apenas 34% têm um nível adequado de aprendizado em português e 15%, em matemática. E a ladeira parece não ter fim. Desde 2005, 14 Estados tiveram queda na proficiência de português e 16, na de matemática.

Ou seja, o sistema, uma fábrica de analfabetos funcionais, está em estado de deterioração contínua. "Retomando o exemplo do hospital, quanto tempo ele iria funcionar com esses resultados? Seria fechado na hora", acrescenta Mozart Ramos. Ex-reitor da Universidade Federal de Pernambuco e ex-secretário de Educação no mesmo Estado, ele chegou a ser escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para comandar o MEC. Prestes a tomar posse foi preterido por Ricardo Vélez Rodriguez, ideologicamente afinado com o núcleo duro do governo. No entanto, ficou apenas três meses no cargo. Foi substituído por Abraham Weintraub.

Política à parte, há uma falsa polêmica sobre o investimento em educação no Brasil. A dúvida é se o país investe muito ou pouco no setor - embora reine a certeza de que gasta mal os recursos existentes. O fato é que, como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), o aporte é elevado. Considerando valores de 2014, ele ficou em 5,4% (na soma de Estados, municípios e União) do

"Como o número de alunos no ensino fundamental está caindo devido à transição demográfica, o gasto por aluno já triplicou nesse período", diz Menezes Filho — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

PIB, ante uma média de 4,8% dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne 36 nações entre as mais abonadas do planeta. "Países ricos gastam quantias elevadas há muito mais tempo do que nós", diz o professor João Marcelino Pinto, da Faculdade de Educação da Unicamp. "Isso faz a diferença."

Além do mais, o dispêndio nacional em algumas fases do processo é pífio. Isso ocorre, por exemplo, nos anos finais do ensino fundamental. Dados consolidados pela ONG Todos pela Educação mostram que o gasto anual com o aluno brasileiro nesse estágio é de US$ 3,8 mil ante US$ 10,1 mil na média da OCDE. Ou seja, no Brasil, é 2,6 vezes menor.

Isso quer dizer que é preciso colocar mais dinheiro no sistema? E quanto? E como? Esse é um dos assuntos mais bicudos que permeiam os debates sobre a educação no país. Em tese, a resposta é óbvia: sim. Mas até que ponto se trata de um investimento consequente? Mozart Ramos observa que, em 2000, o custo-aluno do ensino básico era de R$ 2,1 mil, em média. Em 2017, 6,3 mil. "Isso quer dizer que o Brasil triplicou o valor do investimento nesse período, mas a aprendizagem não avançou", afirma ele. "Apenas colocar mais dinheiro no sistema sem cobrar dos gestores maior eficiência e proficiência não vai mudar nada."

Desde os anos 70, a inclusão foi o maior avanço brasileiro nesse campo. Hoje, 98,6% das crianças entre 6 e 10 anos estão em salas de aula. Para chegar a esse patamar, contudo, os estudantes foram apinhados em carteiras, sem que lhes fosse oferecida qualidade de ensino.

"A política pública do setor sempre foi feita para ajudar os 'coitadinhos'", afirma João Batista Oliveira, do Instituto Alfa e Beto. "Nunca se pensou na formação de capital humano de qualidade e no desenvolvimento pessoal do indivíduo."

Não por acaso proliferam flagrantes de ineficiência. Aqui, por exemplo, o resultado educacional é pior do que o obtido em países com um dispêndio similar ou inferior ao nacional. Números da OCDE indicam que o Brasil gasta US$ 3,8 mil por estudante-ano e obtêm 377 pontos no exame de matemática do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), uma referência global. A Turquia, com despesas anuais de US$ 3,3 mil, alcança 420 pontos, e o México, com US$ 3,2 mil, 408 pontos. Segundo a OCDE,

nesse caso, 30 pontos a mais equivalem ao aprendizado de um ano. Isso quer dizer que o estudante turco custa menos e está dois anos letivos à frente do brasileiro com o mesmo nível formal de escolaridade.

Oliveira, do Alfa e Beto, fez um levantamento com base em números do Banco Mundial e concluiu que o nível de ineficácia das redes de ensino brasileiras é de 36,6%. Na prática, isso significa que mais de um terço dos municípios nacionais poderia fazer mais - e melhor - com os recursos que já dispõe. Deixar de usar dinheiro de forma adequada, nesse caso, é algo que provoca um desperdício de R$ 60 bilhões por ano. A quantia seria suficiente para pagar 40 milhões de parcelas mensais de bolsas de mestrado concedidas pela Capes, cujo valor unitário é de R$ 1,5 mil por mês - e elas estão sendo canceladas aos montes.

E como se muda tudo isso? Em suma, observam os técnicos, é preciso não somente eliminar os entulhos que dão ineficiência à operação, mas a lógica do modelo. Se fosse preciso apertar somente um botão para transformar o sistema educacional, a maior parte dos especialistas não teria dúvidas sobre qual deles acionar. A melhoria da qualidade da educação no Brasil, ninguém contesta, depende de uma mudança radical nas políticas para atrair, formar e reter professores de elevado nível intelectual. É isso o que indicam pesquisas de consultorias internacionais como a McKinsey.

O ideal é que os professores sejam selecionados entre os 30% melhores candidatos de cada geração. Hoje, ocorre o inverso no Brasil. As contratações são feitas entre os 10% piores. A nota média do Enem dos estudantes formados em 2017 em pedagogia e licenciatura foi de 480 e 530 pontos, respectivamente. É pouco. Para ingressar em um curso em uma boa universidade são necessários 700 pontos. "Os países que conseguiram dar saltos expressivos na qualidade do ensino elevaram a barreira de entrada dos professores no magistério", diz Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas, no Rio.

Ela acrescenta que somente 2,9% dos brasileiros que prestaram o Pisa, em 2015, queriam ser professores. Por outro lado, essa é a segunda categoria de cursos mais procurados no Brasil, de acordo com relatório lançado há um mês pela OCDE. "Mas essa demanda não acontece porque as pessoas queiram entrar para o magistério", afirma Cláudia. "A razão é que essa é a forma menos competitiva, mais fácil, de ter acesso ao ensino superior no país."

A profissão precisa ainda ser valorizada. E isso tem a ver com salários, embora o rendimento não seja o único elemento (e, indicam estudos, nem o mais importante) nesta equação. De acordo com Mozart Neves, um professor em início de carreira ganha, em média, 11% menos do que outros profissionais com a mesma titulação. Essa diferença aumenta com o passar do tempo. Atinge 43% no meio da carreira e, ao fim, chega a 60% ou até 70%. "O desafio, portanto, não é o salário de partida", afirma ele. "É o plano de carreira."

A lista básica de mudanças inclui ainda iniciativas como a adoção de um exame após a graduação para permitir o ingresso no magistério, mudanças profundas nos cursos universitários (considerados teóricos), além da exigência de estágios sob supervisão adequada.

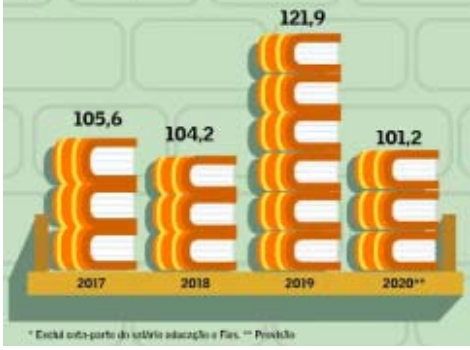
Além de criar novas estratégias, é possível aprimorar instrumentos já existentes. Um deles é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Ele foi regulamentado em 2007 com o objetivo de distribuir de forma mais equânime os recursos da educação entre municípios brasileiros. A ideia é fazer com que as cidades mais pobres, que não atingem um mínimo nacional de investimento por aluno, contem com verbas além da sua capacidade de arrecadação. Atualmente, o Fundeb responde por cerca de 60% do dinheiro disponível para os níveis fundamental e médio. Em grande medida, observam os técnicos, ele cumpre sua tarefa, mas pode melhorar.

Para isso, uma das propostas é dar ao fundo um caráter plurianual, evitando o gasto tempestivo de recursos. Os gestores (no caso, prefeitos) muitas vezes são obrigados a queimar verbas que vencem ao fim de cada ano. Caso contrário, podem perdê-las. "O Fundeb também poderia contar com mecanismos de estabilização para, em anos de vacas magras, assegurar aumentos reais de recursos per capita - algo em torno de 2% a 3% teria grande impacto e caberia no bolso do governo federal", observa

Lousas secas

O orçamento total para o Ministério da Educação (MEC) em 2020 é de R$ 149,45 bilhões, mas esse valor inclui recursos sob a responsabilidade da pasta, como a cota-parte do salário educação e o Fies. Nesse caso, a queda em relação à verba de 2019 é de 0,19%. Descontados esses valores, a redução chega a 16,9%, passando de R$ 121,9 bilhões para R$ 101,2 bilhões. Em áreas específicas da educação básica, os cortes atingem quase a metade dos recursos

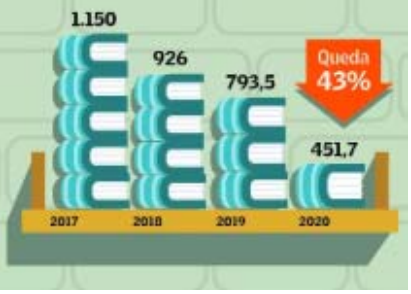
Evolução do orçamento do MEC* (R$ bilhões)



Os cortes em algumas rubricas da educação básica giram em torno de 50% (R$ milhões)

Apoio à infraestrutura

Concessão de bolsas de estudo (apoio à educação básica)



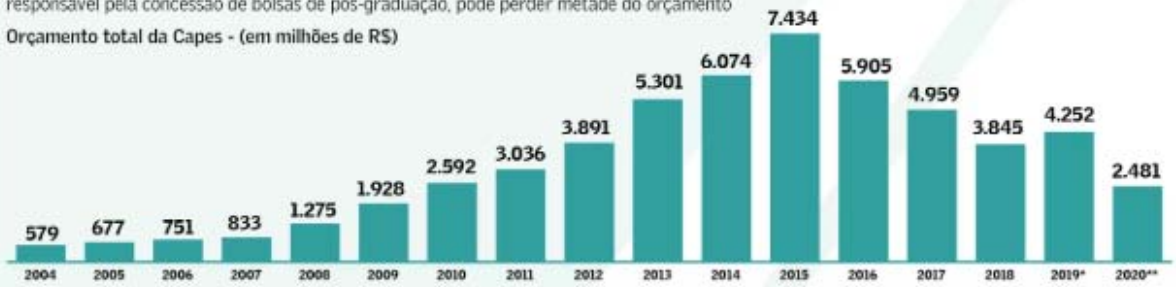
* Exclui cota-parte do salário educação e Fies. ** Previsão

Fonte: Todos pela Educação

Bolsas vazias

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao MEC e responsável pela concessão de bolsas de pós-graduação, pode perder metade do orçamento

Orçamento total da Capes - (em milhões de R$)

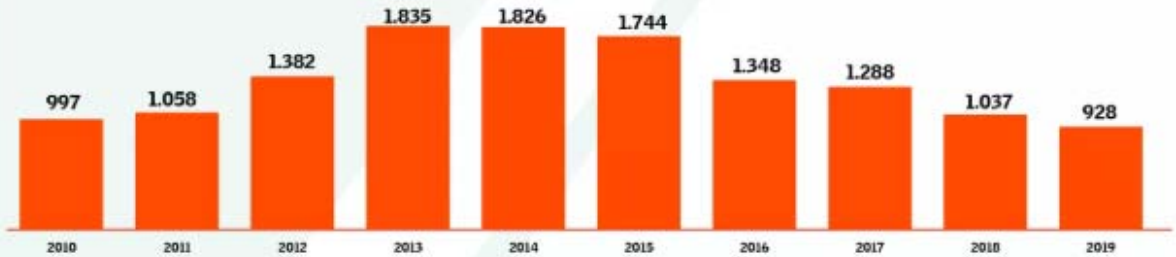


Fontes: Capes/MEC. * Sem contingenciamentos. ** Previsão

Descendo a ladeira

Desde 2015, minguam as verbas para pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

Orçamento para bolsas e fomento do CNPq (em milhões de R$)



Fonte: CNPq

Oliveira, do Alfa e Beto.

Outra medida seria a consolidação de apenas um Fundeb. Hoje, na prática, existe um fundo por Estado, além do Distrito Federal. No total, são 27, que atuam de maneira isolada. "Esse modelo atenua a desigualdade de recursos dentro das unidades da federação, mas, não, de um Estado para o outro", diz Kleber Castro, especialista em finanças públicas e sócio da consultoria Finance. As sugestões incluem ainda o fim das vinculações (gastos obrigatórios) do Fundeb. Em tese, elas aumentam a ineficiência, pois tiram flexibilidade no uso dos recursos. No âmbito da qualidade, o Instituto Alfa e Beta propõe reservar parte do dinheiro para premiar redes de ensino com bom desempenho.

Embora brotem alternativas, a atual discussão em torno do Fundeb tomou um rumo diferente no Congresso. Criado como um instrumento provisório com validade até 2020, ele se mostrou imprescindível. Por isso, foi elaborada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15, de 2015, que não só o torna permanente, como aumenta a participação da União de 10% para 15% em um primeiro momento, podendo chegar a 40%.

Pelas contas da equipe econômica do governo, a aprovação da cota máxima elevaria o gasto federal em R$ 855 bilhões em dez anos, o que anularia o esforço da reforma da Previdência. A questão é polêmica, mas Oliveira, do Alfa e Beto, diz acreditar que o debate deveria seguir em outra direção. Afirma ele: "Deveríamos aproveitar a oportunidade para modelar o fundo de forma que favoreça e estimule a boa gestão".

A busca por iniciativas positivas, replicáveis em outros locais, é uma meta pouco perseguida pelo poder público no país. Mas existem casos de sucesso na educação. E eles trazem à tona não só escolas eficientes, mas, o que é mais importante, redes de ensino nas quais os colégios têm um desempenho médio elevado e com uma diferença pequena entre eles. O Ceará é um desses modelos e a cidade de Sobral, um paradigma.

Ela deu um salto formidável em pouco mais de uma década. Em 2005, seu Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) era de 4 pontos. Em 2017, alcançou 9,1 pontos, o melhor do país. O detalhe é que o município percorreu uma distância enorme em termos de resultados, mas o custo por aluno permaneceu o mesmo. Na verdade, manteve-se abaixo da média nacional. Ou seja, Sobral fez bem mais com o mesmo tanto - que não era muito.

Os diagnósticos existentes indicam que o avanço foi resultado de ações como a formação adequada de alfabetizadores, um sistema de avaliação efetivo, bom material didático e foco na orientação dos professores. Para Mozart Neves, a metamorfose contou ainda com uma alavanca crucial. "A redistribuição do ICMS no Ceará para os municípios não é feita com base no total de alunos matriculados, mas, sim, no número de estudantes alfabetizados", afirma. "Isso aumenta o compromisso e a responsabilização dos prefeitos com o processo educacional", acrescenta ele.

Nesse sentido, os especialistas também defendem que os projetos do setor sejam implantados não somente em cidades, mas em regiões. Isso para driblar a descontinuidade das políticas públicas que, na maioria das vezes, seguem a máxima "muda o governante, muda tudo".

Alterações expressivas na educação básica teriam ainda grande repercussão no topo da cadeia do sistema - as universidades. Hoje, somente 18% dos brasileiros adultos (25-64 anos) chegam ao ensino superior. A taxa é menor do que em outros países da América Latina, como a Argentina (36%), o Chile (25%), a Colômbia (23%) e a Costa Rica (23%). Na OCDE, o percentual médio é de 39%. Para piorar, no Brasil, apenas 0,8% dos estudantes concluem o mestrado (cujas bolsas estão sendo contingenciadas) ante 13% nos países ricos. Aqui, 0,2% alcançam o doutorado, menos de um quinto da média da OCDE, de 1,1%. Isso tudo ainda que a presença de jovens brasileiros (entre 25 e 34 anos) em cursos universitários tenha aumentado. Eles passaram de 11% dessa faixa etária, em 2008, para 21%, em 2018.

Promover um salto na educação brasileira não é tarefa simples. Mas a demografia, agora, joga a favor do país. As próximas décadas serão

marcadas por uma redução dos nascimentos. A estimativa é que, entre 2010 e 2060, o grupo populacional na faixa etária de 0 a 20 anos passe de 64,9 milhões para 45,5 milhões no Brasil, o que representa uma queda de 43%. Em 2005, o total de matrículas no ensino fundamental e médio foi de 38,4 milhões. Em 2018, ficou em 29,2 milhões (-23%). Com a alteração do perfil populacional, o país necessitará de um número menor de escolas e professores.

Em 40 anos, indicam analistas, o sistema de educação básica será um terço menor do que o atual. Se mantido o atual patamar de aportes, o valor do investimento por aluno será naturalmente maior, o que permitirá até melhores salários. "O investimento em educação dobrou em um período de 15 anos, passando de R$ 166 bilhões, em 2000, para R$ 342 bilhões, em 2014", observa Naércio Menezes Filho, coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper. "Como o número de alunos no ensino fundamental está caindo devido à transição demográfica, o gasto por aluno já triplicou nesse período."

O problema é levar adiante propostas que de fato mudem a essência das políticas públicas nacionais. Não se pode dizer que as ações até aqui implementadas pelo governo federal estejam animando os especialistas. Em junho, por exemplo, o MEC apresentou uma relação de medidas que seriam adotadas entre 2019 e 2022, reunidas no Compromisso Nacional Pela Educação Básica. A ideia, observaram os integrantes do governo, que preferiram não conceder entrevistas para esta reportagem, era transformar o Brasil em uma referência em educação na América Latina.

Uma análise do documento feita pelo Todos pela Educação não viu méritos na proposta. "O documento não tem metas, estratégias de implementação, orçamento atribuído e, ainda que declare ações e programas alinhados, não diz como, quando, para quantos e com quais recursos os objetivos serão alcançados", afirma João Marcelo Borges, diretor de estratégia política da organização. "Em governo, sem saber quantas pessoas, quantas escolas e com quanto dinheiro as coisas serão feitas tudo é declaração de princípios. Isso indica uma fragilidade muito grande."

Críticas recaíram ainda sobre medidas como o uso específico do método fônico na alfabetização, a difusão de escolas cívico-militares e a educação domiciliar, em que pais ou tutores assumem o processo de aprendizagem das crianças. "Temos taxas de abandono do ensino médio absurdas, com estudantes que concluem o 9º ano e vão direto para o mercado de trabalho, e não resolvemos problemas básicos de alfabetização", afirma Maria Helena Guimarães de Castro, ex-secretária-executiva do MEC nas gestões FHC e Temer. "Agora, deixamos que pais vulneráveis digam para seus filhos: 'Olha não precisa ir para a escola'. Isso não é uma prioridade."

Polêmicas também dominaram o Future-se, o projeto voltado para as universidades federais. De acordo com o governo, a meta é levantar R$ 102,6 bilhões para o financiamento dessas instituições por meio de acordos com a iniciativa privada, a venda ou concessão de imóveis cedidos pela União, fundos patrimoniais e, entre outras fontes, recursos captados via Lei Rouanet. A questão é que a maior parte das federais já desenvolve ações de arrecadação por conta própria, como prevê o projeto. Ocorre que, hoje, a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos) estabelece que qualquer verba adicional deve ser usada para abater a dívida pública.

Assim, a universidade não fica com a receita extra. Ao contrário, se aumentá-la perde recursos do Tesouro. Esse aspecto terá de ser alterado para uma eventual vigência do Future-se. "Além do mais, as pessoas têm grande expectativa em torno do dinheiro que pode vir de projetos com a iniciativa privada", diz Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor-científico da Fapesp. "Essa quantia é sempre pequena e, no Brasil, já é semelhante à obtida nos EUA e Europa."

Mudanças radicais nos resultados do sistema educacional também dependem de fatores externos à escola, com destaque para a influência do nível socioeconômico dos alunos e a escolaridade dos pais - especialmente das mães. Mas a educação é uma variável central para o desenvolvimento, com impacto sobre fatores como a produtividade. Além do mais, um estudo do Banco Central (BC), divulgado no início do ano, mostrou uma correlação entre renda e escolaridade. Para um trabalhador sem instrução, o nível

fundamental de estudos adiciona, em média, 38% ao rendimento por hora de trabalho; o ensino médio, 66%; e o superior, 243%. O BC constatou que, entre 2012 e 2018, a maior presença de brasileiros nos bancos escolares levou a um acréscimo médio de 12% sobre a renda do trabalho, ainda que esse não tenha sido o único fator da elevação. São guinadas desse quilate que devem ser perseguidas. E elas só virão com uma dose brutal de eficiência. Não faltam ideias para que o país siga essa trilha.

O GLOBO | 18/10/19 | SOCIEDADE

Educação recebe verbas para bolsas e faculdades

Com R$ 250 milhões liberados, CNPq garante pagamento de bolsistas até o fim do ano; Capes recebeu R$ 600 milhões para 2020, divididos entre educação básica e superior; valores ainda estão abaixo do contingenciado

PAULA FERREIRA
paula.ferreira@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Ogoverno federal anunciou ontem a liberação de uma série de recursos para a educação que, somados, chegam a quase R$ 900 milhões. Os valores, no entanto, estão abaixo do que foi contingenciado e algumas cifras divulgadas não são provenientes de novas liberações, mas de um rearranjo no orçamento.

O dinheiro será utilizado para o pagamento de bolsas já em vigor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) deste ano, para a criação de bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2020 e para terminar obras já iniciadas em instituições de ensino superior.

O CNPq conseguiu R$ 250 milhões, através de negociações com o Ministério da Economia e por emendas de parlamentares, para o pagamento de bolsistas até o final do ano. O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), responsável pelo conselho, afirmou que o orçamento aprovado no ano passado destinava "recursos inferiores ao que era necessário para honrar os compromissos" em 2019.

Marcos Pontes, ministro da pasta, já havia sinalizado que não conseguiria pagar os bolsistas com o orçamento que tinha. Em coletiva ontem, Pontes afirmou que o déficit deixado foi de R$ 330 milhões. O contingenciamento, segundo dados do Siga Brasil, portal de transparência do Senado Federal, foi de 9,1 milhão no CNPq, que paga 44.250 bolsas, da iniciação científica ao doutorado.

O MCTIC afirma que tem atuado junto ao Ministério da Economia para "a maior disponibilização de recursos e descontingenciamento do orçamento do ministério". Para o ano de 2020, o ministério afirma que a proposta de lei orçamentária "já prevê uma quantidade de recursos adequada" para que não tenha problemas com pagamentos de bolsas.

NOVOS BOLSISTAS EM 2020

Outra agência de fomento, a Capes, anunciou que criará mais seis mil bolsas no próximo ano após a liberação de mais R$ 600 milhões para o órgão, aprovada por comissão da Câmara dos Deputados. Os recursos serão distribuídos de forma que R$ 300 milhões financiem duas mil bolsas de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado,noBrasilenoexterior.

Já os outros R$ 300 milhões atendem à solicitação do MEC para financiar 135 mil vagas para os programas de formação de professores da pasta. Entre eles estão bolsas de mestrado profissional do Proeb, bolsas de iniciação à docência (Pibid), do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além da residência pedagógica de docentes.

Os recursos ainda precisam passar por outras instâncias no Congresso, como a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). No final de setembro, a Capes havia anunciado que não tinha previsão para abrir novas bolsas no próximo ano.

No último descontingenciamento feito pelo governo, no mês passado, a Capes foi contemplada com o desbloqueio de R$ 290 milhões. Segundo o MEC, o montante seria utilizado para pagamento de bolsas de pesquisa. Segundo o Siga Brasil, ainda estão contingenciados R$ 540 milhões.

OBRAS NAS UNIVERSIDADES

Além das bolsas para este ano e o próximo, as universidades federais também foram beneficiadas com R$ 43 milhões para finalizar obras. O MEC afirmou que fez um rearranjo no orçamento atual, mas não informou de qual área foi retirado.

Deste total, R$ 14, 3 milhões serão destinados para 54 obras que já estão com 75% ou mais de execução. Já os outros R$ 28,7 milhões terão como destino 42 intervenções que estejam com andamento inferior.

Entre as obras, estão o complexo de saúde da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, um núcleo integrado de pesquisa e inovação tecnológica na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O ensino superior está com um contingenciamento, até outubro e sem novas liberações, de R$ 2 bilhões.

(Colaborou Raphael Kapa, do Rio)

FOLHA DE SÃO PAULO | 18/10/19 | TENDÊNCIAS & DEBATES

Receio do futuro

RAUL CUTAIT, CARLOS DEL NERO E LINCOLN FERREIRA

Todo indivíduo tem o direito de ser atendido por médicos competentes. Contudo, políticas governamentais põem em risco o futuro da qualidade das atenções médicas ao procurarem dobrar o número de médicos no país, com a inadequada percepção de que, assim, poderiam ser preenchidos postos onde o atendimento é precário ou inexistente.

Dessa forma, passamos de cerca de 200 escolas médicas há menos de uma década para as 350 atuais, em funcionamento ou já autorizadas, que irão formar 40 mil médicos por ano. Nesta sexta-feira (18), Dia do Médico, o fato é que definir o número de médicos que o Brasil realmente precisa é uma tarefa altamente complexa, pois é preciso levar em conta a má distribuição dos profissionais pelo país, que em geral preferem fixar-se em cidades e centros maiores, visando melhores condições de trabalho, remuneração e até mesmo um local para constituir família e educar os filhos. Por outro lado, a incorporação de novas tecnologias, tais como a telemedicina e inteligência artificial, irão em breve mudar a prática médica.

O funcionamento de tantas escolas médicas passa por dois fundamentais fatores restritivos, que são a disponibilidade de docentes qualificados e o acesso dos alunos a organizações adequadas à sua formação e ao seu treinamento (hospitais e unidades ambulatoriais). Sabidamente, não temos docentes preparados para todos os novos postos de trabalho, além de que, por lei, as faculdades precisam ter um percentual mínimo de mestres e doutores, os quais inexistem em número suficiente para essa nova demanda.

Por outro lado, muitas das novas faculdades contam com a possibilidade de utilizar hospitais públicos ou filantrópicos para treinamento, o que esbarra na própria dinâmica dos hospitais escola, distinta dos apenas assistenciais. E muitas das novas faculdades privadas pretendem associar-se a hospitais do SUS, onde quem paga a conta é o governo federal, livrando-as de investimento e custeio.

Como corrigir esse sombrio prognóstico, pelo bem da população? O objetivo maior é ter em funcionamento escolas médicas capacitadas a formar alunos com docentes qualificados e campo para estágio sob controle educacional. O caminho para isso depende de três fatores: 1 - exame obrigatório para todos os egressos de escolas médicas do Brasil e do exterior (hoje, mais de 50 mil brasileiros estudam medicina em países vizinhos); 2 - acreditação obrigatória das faculdades de medicina por uma organização independente e reconhecida por órgãos oficiais e ou internacionais da educação; 3) acreditação obrigatória dos hospitais de ensino, também por organização independente. Formandos que não passarem no exame não poderão exercer a profissão; faculdades que não conseguirem ser acreditadas deverão, após período probatório, encerrar suas atividades; hospitais de ensino não acreditados deverão seguir o mesmo rumo.

São propostas complexas e que precisam ser apropriadamente estruturadas e regulamentadas. Daí a importância da moratória assinada no governo Temer, que suspendeu a abertura de novas escolas e o aumento do número de vagas por um período de cinco anos, com a

finalidade precípua de se estudar profundamente o tema do ensino médico no país e propor conceitos e soluções que possam auxiliar na definição dos rumos da educação médica.

Finalmente, preocupa-nos também o futuro de milhares de novos médicos que não irão conseguir colocações profissionais, gerando frustração e enorme desperdício dos recursos despendidos para sua formação.

Raul Cutait
Professor do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina da USP e membro da Academia Nacional de Medicina

Carlos Del Nero
Médico e consultor do setor de saúde

Lincoln Ferreira
Presidente da Associação Médica Brasileira (AMB)

O ESTADO DE S. PAULO | 18/10/19 | METRÓPOLE

Bolsas do CNPq estão garantidas este ano, diz ministro

Lorenna Rodrigues / BRASÍLIA

O ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse ontem que a verba para o pagamento das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para este ano está garantida. O ministro ainda reafirmou ser contra a fusão do CNPq com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgãos de desenvolvimento da ciência do País. A proposta de junção foi antecipada pelo Estado.

Depois de dizer que só teria dinheiro até agosto, Pontes afirmou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, deverá assinar nos próximos dias uma portaria liberando R$ 157 milhões, que cobrirá as bolsas do CNPq nos próximos dois meses. Um projeto de lei enviado ao Congresso prevê mais R$ 93 milhões para o mês de dezembro "Fiquei muitas noites sem dormir, assim como muitos bolsistas que dependem dos recursos para continuar pesquisas e sobreviver."

O ministro também disse que serão descontingenciados R$ 180 milhões para o projeto do acelerador de partículas Sirius, localizado em Campinas, no interior paulista. Com isso, os primeiros projetos deverão começar no ano que vem, com o foco no pré-sal.

Embate. Sobre a fusão entre o CNPq e a Capes – ligada ao Ministério da Educação –, Pontes afirmou que a proposição foi feita pelo MEC e está em discussão. Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro não se posicionou sobre o assunto. "Nossa posição é que o CNPq e a Capes se mantenham separadas. Se houvesse fusão das duas, o endereço correto (para a nova entidade) seria aqui, para manter políticas de ciência e tecnologia."

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A Capes tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa.